



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

EDITAL DE LICITAÇÃO **PREGÃO ELETRÔNICO**

I. REGÊNCIA LEGAL LEI 10.520/02, DECRETO Nº 5.450/2005 E LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006	
II. ÓRGÃO INTERESSADO MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA	
III. MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .007/2008	IV. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2079/2008
V. TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO POR ITEM	VI. FORMA DE AQUISIÇÃO ENTREGA IMEDIATA
VII. CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM	
VIII. OBJETO LIVROS JURÍDICOS, conforme especificações, quantidades e condições constantes do Anexo I – Especificações e Anexo II – Planilha Orçamentária deste Edital.	
IX - LOCAL E DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE LANCES	
Endereço eletrônico: O Pregão será realizado em sessão pública <i>on line</i> por meio de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, através do site www.caixa.gov.br , mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, no quadro sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar por: “ Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores –Pregão Eletrônico, item Editais selecionando no quadro Comprador a opção MP/PB- Ministério Público da Estado da Paraíba ”, constante da página eletrônica da (Caixa Econômica).	
Data da Publicação: 14/08/2008 Credenciamento: 25/08/2008 até às 08:30 horas Recebimento das propostas: 25/08/2008 até às 09:00 horas. Início da sessão de lances: 25/08/2008 das 11:00 às 11:30 horas.	
O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;	



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

X. DIFERENÇA MÍNIMA ENTRE OS LANCES

O pregoeiro poderá estabelecer na fase de lances um degrau mínimo para ser ofertado pelos licitantes, podendo ser retirado a qualquer tempo para, desta forma, possibilitar a manutenção das disputas e obtenção da proposta mais vantajosa.

XI. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Programa de Trabalho 5046	Projeto 4216	Nat. Despesa 33903900	Gr/Ft 13/00
-------------------------------------	------------------------	---------------------------------	-----------------------

XII. PRAZO DE ENTREGA

20 dias, após homologação

XIII. LOCAL, HORÁRIO E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados pelo pregoeiro e sua equipe de apoio, de segunda a quinta-feira, das 13:00 às 19:00 horas, e sexta, das 07:00 às 13:00 horas, 1º andar, no Ministério Público do Estado da Paraíba, Anexo I, situado à Rua Rodrigues de Aquino, s/n, Centro, João Pessoa, ou pelo telefone (83)2107 6014, ou pelo fax (83)2107 6014, ou pelo e-mail ascon@pgj.pb.gov.br.

XIV. Pregoeiro responsável

ALOYSIO CARNEIRO JÚNIOR – PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº1.328 de 01/10/2007, publicada no DJ/PB em 17 de outubro de 2007.

XV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

15.1. Somente serão admitidas a participar desta licitação os interessados previamente credenciados perante a **Caixa Econômica Federal**, em qualquer agência sediada no país e que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste edital e seus anexos e, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.



MISSÃO:

Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



15.2. Não será admitida a participação de empresas em consórcio nesta Licitação.

15.3. Pessoas jurídicas das quais participem, como sócio, gerente, diretores, membros ou servidores do Ministério Público, e ainda, cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.

XVI - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

16.1. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições das Leis Federais nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto nº. 5.450, de 31 de abril de 2005, **LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006** e da Resolução CPJ/MPPB nº 002/2007 de 15 de março de 2007, subsidiariamente da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital.

XVII - CREDENCIAMENTO

17.1. O credenciamento do licitante para participar do pregão, na forma eletrônica, deve ser realizado através do sistema de Compras da Caixa Econômica Federal.

17.2. Para obtenção da certificação e do cadastramento a empresa deverá acessar a página eletrônica www.caixa.gov.br, no quadro Sites Especiais, selecionando Portal de Compras CAIXA, escolhendo no quadro Navegar Por: Licitações e Fornecedores a opção Outros Compradores – Pregão Eletrônico, item Cadastre-se, onde deverá informar todos os dados solicitados

17.3. As empresas cadastradas no site da CAIXA, e interessadas em participar do presente certame, que não possuem senha de acesso ou a esqueceram, devem



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



acessar o endereço eletrônico **www.caixa.gov.br**, menu Sites Especiais, selecionar Portal de Compras CAIXA, confirmar com o botão (OK),

XVIII - PROPOSTA DE PREÇO.

18.1. Antes de enviar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema www.caixa.gov.br, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste Edital.

18.2. As propostas comerciais deverão ser enviadas através do site www.caixa.gov.br mediante a opção **“menu Sites Especiais”**.

18.3. O prazo de validade da Proposta comercial é de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua abertura.

18.4. A proposta e os lances formulados deverão **apresentar preço por item** para a quantidade total demandada, expresso em real, com duas casas decimais.

18.5. O preço será fixo e irrevogável.

18.6. O local para a entrega do objeto licitado será no Ministério Público do Estado da Paraíba, em seu ANEXO IV, na Chefia de Departamento de Material e Patrimônio (COMAP), localizado à Rua 13 de Maio, s/n, Centro, João Pessoa/PB.

18.7. A marca, modelo, referência e demais características dos materiais ofertados, deverão ser informados, obrigatoriamente, no **Anexo I – Especificações**.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

18.8. Nos preços ofertados na proposta dos licitantes deverão estar inclusos todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: impostos, tributos, taxas, encargos e contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, transporte, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente às especificações do objeto licitado.

18.09. O Ministério Público não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;

18.10. A Proposta de Preços vencedora, contendo as planilhas e especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada **no prazo máximo de 24 (vinte quatro horas)**, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com preços atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, através do fax nº. 83 – 2107 6014, devendo as propostas originais ou cópias autenticadas serem entregues, no prazo de até 02 (dois) dias úteis ao Pregoeiro e sua equipe de apoio no endereço constante do **item XIII**.

18.11. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá suspender o pregão e estabelecer, imediatamente, um novo prazo de **até 30 (trinta) minutos** para o recebimento de novas propostas.

18.12. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



XIX - HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO

19.1. Os documentos necessários à habilitação, deverão estar com prazo vigente e poderão ser apresentados, de imediato, após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, mediante a remessa via fax, com encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis do encerramento do pregão, sendo, inclusive, condição indispensável para a adjudicação. Constatado o atendimento às exigências, o licitante será declarado habilitado.

19.2. Na habilitação exigir-se-á dos interessados:

19.2.1. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da documentação pertinente à investidura de seus atuais administradores nos respectivos cargos.

19.2.2. A **Regularidade Fiscal**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **prova** de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) **prova** de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) **prova** de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



- d) **prova** de regularidade para com a Fazenda Federal através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) **prova** de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FTGS/CRF.

19.2.3. A **Qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data do recebimento das propostas, prevista no **Item IX** deste Edital.

19.2.4. Para a aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverão as licitantes declarar junto na proposta de preço.

19.2.5. A Qualificação Técnica será exigido:

- a) Certificado de garantia conforme estabelecido no Anexo I - Especificações do Edital, incluindo expressamente a cobertura de defeitos de fabricação;
- b) Os bens rejeitados deverão ser substituídos, no prazo de 48 horas, por outro dentro das especificações exigidas, arcando com todos os custos o licitante vencedor. O Ministério Público não se responsabilizará pela guarda, armazenamento e danos causados a bens rejeitados;
- c) **Fica facultado** ao Ministério Público conceder prazo superior ao previsto no item anterior para substituição;



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



d) Na hipótese do licitante deixar de proceder à substituição, os bens serão remetidos ao depósito judicial ou outro de livre escolha do Ministério Público, ficando o depositário isento de qualquer responsabilidade pelos bens.

19.2.6. Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal, e ao inciso XVIII do art.78 da Lei nº 8.666/93, através da apresentação de declaração que comprove a inexistência de menor no quadro da empresa conforme o modelo do **Anexo V**.

XX – SESSÃO DO PREGÃO

20.1. A partir do horário previsto no Edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas e em consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital;

20.2. Todas as propostas que estiverem em consonância com as especificações e condições estabelecidas neste Edital, serão classificadas para a etapa de lances;

20.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital;

XXI – LANCES ELETRÔNICOS

21.1. Após a classificação das propostas, o pregoeiro fará a divulgação no sistema eletrônico, convocando os proponentes para apresentarem lances.

21.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário estabelecido e as condições de aceitação.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

21.3. O sistema rejeitará automaticamente os lances cujos valores forem superiores ao último lance registrado.

21.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar.

21.5. A desistência em apresentar lance, implicará a exclusão do licitante nesta etapa e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito da classificação final.

21.6. Havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado, esta poderá ser aceita, devendo o Pregoeiro negociar, visando obter preço melhor.

21.7. Caso não se realize lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

21.8. Após este ato, será encerrada à etapa competitiva e ordenada às ofertas, exclusivamente **pelo critério de menor preço por item.**

21.9. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a indicação do detentor do lance.

21.10. No caso de desconexão do pregoeiro com o sistema, no decorrer da etapa competitiva do pregão, e permanecendo o sistema acessível aos licitantes, a etapa terá



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

continuidade para a recepção de lances, devendo o pregoeiro, assim que for possível, retomar sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

21.11. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após 30 (trinta) minutos da comunicação expressa aos participantes.

21.12. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 02 (duas) horas, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e somente terá reinício no dia e horário previamente fixado no Sistema do Banco www.caixa.gov.br

21.13. A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

21.14. Alternativamente ao disposto no item anterior, poderá o pregoeiro, mediante justificativa devidamente registrada em Ata, antecipar o encerramento da sessão, desde que transcorrido o tempo mínimo de 50 % do previsto inicialmente no edital para a sessão de lances, mediante o encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até 30 minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

XXII - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

22.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

22.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o menor valor, para que possa ser obtida melhor proposta;

22.3. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pelo Pregoeiro, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Superior.

22.4. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do Edital, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o material ou equipamento definido no objeto deste Edital.

22.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexeqüíveis ou superfaturados para à Administração, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto em questão.

22.6. Da sessão, o sistema gerará Ata Circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e estará disponível para consulta no site: www.caixa.gov.br

22.7. Sendo aceitável a oferta, será verificado, pelo Pregoeiro, o atendimento das condições habilitatórias do licitante que a tiver formulado, conforme previsto no item **XX** deste Edital.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



XXIII - RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

23.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

23.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

23.3. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

23.4. Declarado o licitante vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

23.5. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante para recorrer da decisão do pregoeiro importará a decadência do direito de recurso e conseqüentemente à adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

23.6. Quando mantida a decisão pelo pregoeiro, no prazo de até 03 (três) dias úteis, o processo será instruído e o encaminhamento juntamente com os recursos à autoridade superior.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



23.7. A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

23.8. O recurso contra a decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo.

23.9. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XXIV – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

24.1. Não havendo a manifestação de recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

24.2. Ocorrendo à manifestação da interposição de recurso, após o julgamento, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado à proponente vencedora, homologando em seguida o procedimento licitatório.

XXV - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

25.1 A efetivação do pagamento será feita por meio de depósito em conta corrente através de ordem bancária, após apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente discriminada e atestada pelos servidores da Coordenadoria de Material e Patrimônio.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



XXVI - REAJUSTAMENTO

26.1. Os Preços ofertados serão fixos e irrevogáveis.

XXVII - DA FISCALIZAÇÃO E DA ENTEGA DO OBJETO

27.1. A empresa vencedora deverá entregar os objetos licitados, em perfeitas condições, acompanhados de Nota Fiscal, para conferência, no Ministério Público, à rua 13 de Maio s/n, na Chefia de Departamento de Material e Patrimônio, de segunda a quinta-feira, no período de 13:00 às 19:00 horas e na sexta-feira das 07:00 às 13:00 horas, em dias úteis.

Os bens licitados só serão recebidos depois de certificados pela Chefia de Material e Patrimônio do Ministério Público, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações contidas no Anexo I - Especificações, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em duas vias.

XXVIII - SANÇÕES

28.1. O licitante convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a entrega do bem ofertado, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

Federal e Municípios e, será descredenciada no SIREF ou sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4º, da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta.

28.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, a ela serão aplicadas segundo a gravidade da falta cometida, as penalidades previstas.

28.3. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

XXIX - REVOGAÇÃO - ANULAÇÃO

29.1. A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93, no seu todo ou em parte.

XXX - DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o Pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

30.2. Os encargos de natureza tributária, social e parafiscal são de exclusiva responsabilidade da empresa a ser contratada.

30.3. Reserva-se ao pregoeiro e aos técnicos de Informática da Procuradoria o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

30.4. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

30.4. A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

30.5. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

30.6. No ato da aquisição do Edital o adquirente deverá observar se o seu exemplar está devidamente completo, composto pelos seguintes anexos:



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

Anexo II Planilha Orçamentária

Anexo Anexo I Especificação dos Produtos

III Planilha Orçamentária Resumida

Anexo IV Declaração de Conhecimento e Atendimento as Condições de Habilitação

Anexo V Declaração da Inexistência de Menor no Quadro da Empresa

30.7. O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos.

30.8. Caberá ao representante credenciado da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

30.9. Este Edital e seus anexos foram examinados e aprovados pelo Setor Jurídico do Ministério Público da Paraíba, conforme exigência legal disposta no art. 38 da Lei 8.666/93, parágrafo único.

30.10. A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicarão direito à contratação.

30.11. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

30.12. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial as Leis Federais nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002.

30.13. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

João Pessoa, 13 de agosto 2008.

ALOYSIO CARNEIRO JÚNIOR

Pregoeiro Oficial



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2008

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

Considerando a necessidade do Ministério Público do Estado da Paraíba - Procuradoria-Geral de Justiça, em viabilizar o desempenho das atividades deste órgão, o presente procedimento tem por finalidade à aquisição de livros jurídicos, para atender às Câmaras Cíveis e Criminais, Gabinetes dos Procuradores de Justiça Cíveis e Criminais e Assessoria Técnica, conforme as especificações contidas no presente termo.

1 – Do objeto:

1.1- AQUISIÇÃO DE **LIVROS JURÍDICOS**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS ABAIXO:

2- Das especificações do objeto:

ITEM 01- LIVROS JURÍDICOS

Vade Mecum Acadêmico de Direito (quant 26 exemplares)

Editora Rideel/ ano 2008 (6ª edição)

Capa Dura

1.856 paginas

Acompanhamento: CD-ROM

Formato: médio

Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante

(quant 21 exemplares)

Autor: Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Barreto B Andrade Nery

Editora: Revista dos Tribunais

10ª Edição

1.824 páginas

Acabamento: Cartonado

Ano de Publicação: 2007



MISSÃO:

Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



Código Penal Comentado (quant 13)

Estudo Integrado com Processo e Execução Penal, apresentação esquemática da matéria.

Autor: Guilherme de Souza Nicci

8ª Edição

1.264 páginas

Acabamento: Cartonado

Ano de Publicação: 2008

Código Penal Interpretado e sua interpretação (quant 07)

Autor: Alberto Silva Franco

8ª Edição

Publicação: 2007

Código de Processo Penal Interpretado (quant 07)

Autor: Júlio Fabrine Mirabete

11ª Edição (2003) – 13ª tiragem

Código de Processo Penal Comentado (quant 13)

Estudo Integrado com Direito Penal e execução Penal – apresentações esquemáticas da matéria.

Autor: Guilherme de Souza Nicci

Lei Penais e Processuais Penais comentadas (quant 11)

Autor: Guilherme de Souza Nicci

3ª edição

1.182 páginas

Acabamento: cartonado

Publicação: 2008

Categoria: Direito Processual Penal

Curso de Direito Penal – vol I (quant 07)

Autor: Fernando Capez

Curso de Direito Penal – vol II (quant 07)

Autor: Fernando Capez

Curso de Direito Penal – vol III (quant 07)

Autor: Fernando Capez



MISSÃO:

Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



Curso de Direito Penal – vol IV (quant 07)

Autor: Fernando Capéz

Recursos no Processo Penal (quant 11)

Teoria Geral dos Recursos – Recursos em Espécie – Ações de Impugnações.
Autores: Ada Pellegrini Grinover, Antônio magalhães Gomes Filho e Antônio Scarance Fernandes.
Acabamento: capa flexível
Publicação: 2008

Comentário Contextual à Constituição Federal (quant 30)

Autor: José Afonso da Silva

5ª edição

Atualizado com a Emenda Constitucional Nº 56, de 09/12/07

Editora: Malheiros

Abril/2008

Código Civil comentado (quant 16)

Autor: Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery.

Editora: revista dos tribunais

6ª Edição – revista/ampliada e atualizada até 28/03/08

Publicação: 2008

Curso de Processo Civil - vol 01 – Teoria Geral do Processo (quant 12)

Autores: Luis Guilherme Marinoni e Sérgio Crus Arenhart

Coleção: Curso de Processo Civil

Acabamento: Capa flexível

Curso de Processo Civil - vol 02 – Processo de Conhecimento (quant 16)

Autores: Luis Guilherme Marinoni e Sérgio Crus Arenhart

Coleção: Curso de Processo Civil

Acabamento: Capa flexível

Curso de Processo Civil – vol 03 – Processo de Execução (quant 16)

Autores: Luis Guilherme Marinoni e Sérgio Crus Arenhart

Coleção: Curso de Processo Civil

Acabamento: Capa flexível



MISSÃO:

Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo n° 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO N° 007/2008

Curso de Processo Civil – vol 04 – Processo Cautelar (quant 16)

Autores: Luis Guilherme Marinoni e Sérgio Crus Arenhart
Coleção: Curso de Processo Civil
Acabamento: Capa flexível

Curso de Processo Civil e Legislação Processual em vigor (quant 16)

Autores: Theotonio Negrão e José Roberto F. Gouveia
40ª Edição
Editora: Saraiva
Publicação: 2008

Mandado de Segurança e Ação Popular (quant 16)

Autor: Hely Lopes Meireles
30ª Edição
Editora: Malheiros

Código de Processo Penal na Expressão dos Tribunais (quant 04)

Autor: Mohamed Amaro
1ª Edição/2007

Interesses Difusos e Coletivos (quant 04)

A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo – Meio Ambiente, Consumidor, Patrimônio Público, Patrimônio Cultural e outros Interesses.
Autor: Hugo Nigro Mazzilli

Curso de Direito Ambiental (quant 04)

Autor: Paulo Leme Machado
Malheiros Editores

Direito Ambiental Constitucional (quant 04)

Autor: José Afonso da Silva
6ª Edição/2007
Editora: Malheiros

Curso de Direito Constitucional (quant 04)

Autor: Gilmar Ferreira Mendes, Inicêncio Mertires Coelho e Paulo Gustavo G. Branco
2ª Edição/2008
Editora Saraiva



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



Ações Constitucionais (quant 04)

Autor: Fredie Didier Junior
Editora: Jus Podivum
Revista/Ampliada e atualizada
3ª Edição/2008

A Fazenda Pública em Juízo (quant 04)

Autor: Leonardo Jospe Carneiro da Cunha
6ª Edição/2008
Revista/ampliada e atualizada
Editora Dialética

Direito Administrativo (quant 04)
Direito Administrativo Descomplicado
Autores: Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo
2ª Edição/2008
Revista e atualizada
Editora: Impetus

Embalagem

- O(s) Livro(s) deverão possuir identificação da Editora, número de série e demais informações exigidas na legislação em vigor, bem como deverá estar acondicionado na embalagem própria.

Outros Requisitos

O objeto fornecido deverá ser novo, não tendo sido ainda utilizado;

Da entrega

Entrega dos equipamentos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da assinatura do contrato.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



3. Das condições de recebimento do objeto licitado:

3.1. O bem só será recebido depois de certificado pela Chefia de Departamento de Informática e Chefia de Departamento de Material e Patrimônio, através de vistoria e termo de recebimento, observadas as especificações e exigências contidas no Anexo I - Especificações, e ainda, a consistência e a exatidão da Nota Fiscal discriminativa, apresentada em duas vias. Os técnicos da Procuradoria poderão solicitar informações e documentos na oportunidade da vistoria, ficando o licitante obrigado a atender.

4- Do preço:

O preço do produto deverá ser o mesmo apresentado na proposta vencedora, durante o prazo de validade, que não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da apresentação da proposta.

5 – Das obrigações:

- a) Constituirão obrigações da adjudicatária, além das especificadas na legislação:
- b) Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os objetos licitados que apresentar alterações, deteriorações, imperfeições ou quaisquer irregularidades que comprometam a qualidade do produto;
- c) Entregar os objetos licitados em conformidade com as especificações contidas neste anexo, no prazo de sua proposta, que não poderá ser superior a 20 (vinte) dias.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

d) Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação e

e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, suas obrigações.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ITENS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01					
VALOR GLOBAL DO TODOS OS ITENS				R\$	
FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE PREGÃO AS CONDIÇÕES GERAIS ANEXAS. PRAZO DE EXECUÇÃO: NÃO SUPERIOR A ____ (_____) DIAS PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: NÃO INFERIOR A ____ (_____) DIAS					
CHEFE:	PROPOMOS A AQUISIÇÃO DE			PRAZOS:	
ASS.:			VALIDADE:	
—	OBSERVANDO O QUE			GARANTIA:	
DATA: / /	ESTABELECE A LEI 8.666/93 E AS				
	NORMAS PERTINENTES AO				
	ASSUNTO.				
DATA: / /			ASS: _____		



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2008

ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:		CNPJ:
DATA	VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE ENTREGA

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO GLOBAL POR ITEM
01		

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2008

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL
E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia, assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

A (nome da empresa)..... CNPJ, nº., com sede à
....., declara, que tem conhecimento do edital do Pregão
ELETRÔNICO nº./2008 e atende às exigências de habilitação.

..... de, dede 2008.

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

.....
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 007/2008

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A (nome da empresa) CNPJ, nº., com
sede à, declara, sob as penas da lei, que em suas instalações,
não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos
ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de
aprendiz, a partir de 14 anos.

..... de, dede 2008.



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia,
assegurando a justiça social.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Processo nº 2079/2008
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2008

Assinatura do Diretor ou Representante Legal



MISSÃO:
Defender o povo, a democracia e a ética, com independência e eficácia,
assegurando a justiça social.